

*A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?**

Alain Lipietz**

Introdução

Desde os anos 80, um sentimento de impotência se espalhou pelo planeta, particularmente pelos países que passaram por experiências democráticas. O voto parece não ter mais sentido: uma vez eleitos, todos os dirigentes, apesar de suas promessas, logo atuam de acordo com a única política possível, a que é ditada pelas exigências da globalização. Ora, para a maioria, essa política só traz infelicidade: insegurança, pobreza, exclusão...

Esse sentimento de “esvaziamento do político” tem uma dupla dimensão:

Quanto aos conteúdos do que se chama “política”, isto é, “o que se faz”, as estratégias e os objetivos parecem reduzir-se a uma “infrapolítica”, à simples otimização da competitividade que, por sua vez, se traduz no abandono de toda pretensão social.

Quanto às formas e aos domínios do que se chama “política”, isto é, “como e com quem se age”, o que constitui a própria definição da cidade (*polis*) dos homens e das mulheres, eles parecem reduzir-se a uma coleção de indivíduos em competição mal contrabalançada por regulamentos abstratos, caídos do céu (de Bruxelas, da OMC) e, em geral, desfavoráveis.

* Economista e investigador. Director de Recherche de CNRS. Diputado en el Parlamento Europeo.

** Tradução de Ana Maria Galano.

A sociedade não é, no entanto, um mercado. As necessidades das sociedades, o desejo, assumem a forma de reações “identitárias”: integrismos no Terceiro Mundo; populismos autoritários e xenófobos no Norte. A França e, mais ainda, a Áustria, a maioria dos países europeus, na verdade, têm assistido, desde os anos 80 e 90, a manifestações desse gênero.

A ascensão do Front National, que parecia inevitável, foi bloqueada por suas próprias contradições, sobretudo pelo renascer de esperança que os primeiros sucessos da “maioria plural” suscitou. Nas eleições europeias de 1999, os Verdes, componentes desta coalizão que mais comportava inovações, obteve um sucesso de importância espetacular, sancionado por uma forte progressão eleitoral. Foi como se, depois de 15 anos de desespero, a “vontade de política” renascesse e depositasse sua confiança na ecologia política.

‘Estranha escolha’, devem pensar alguns. A ecologia não é percebida como uma recusa da política por velhos *hippies*, uma atração íntima por flores e passarinhos? Retificaremos, primeiro, essa imagem e redefiniremos o que é ecologia enquanto política. Em seguida, examinaremos como ela responde à crise da política e de seus conteúdos, à crise da política e de suas formas.

O que é Ecologia Política?

A expressão “ecolô” (usada em francês) já indica a visão redutora e muitas vezes caricatural que uma grande parte da opinião pública tem da ecologia. No entanto, quando se acrescenta a esse vocábulo a palavra política, a idéia partilhada por esse grupo passa por uma mudança: o deboche se transforma em perplexidade. Não há dúvida de que a ecologia política, pelo menos aos olhos da opinião pública, ainda não adquiriu o estatuto de noção clara e distinta. O que é então ecologia? E ecologia política?

O que é ecologia?

Segundo o dicionário Le Petit Robert, a palavra aparece na segunda metade do século XIX. Termo utilizado pela Biologia, em sua origem, a Ecologia é uma disciplina científica. É a ciência que estuda a relação triangular entre indivíduos de uma espécie, a atividade organizada desta espécie e o meio ambiente, que é, ao mesmo tempo, condição e produto da atividade, portanto condição de vida daquela espécie.

Assim, o ecologista que se interessa por castores se dedicará a analisar a relação deles com o meio em que vivem: a floresta e os rios, bem como as barragens que constroem, ou seja, a natureza transformada por sua atividade. Ele se interessará ainda pela capacidade do sistema de assegurar as necessidades da população de castores e pelo modo como esta se multiplica, se organiza, etc.

Aplicada aos homens, a ecologia é o estudo da relação da humanidade com o meio ambiente, isto é, da maneira como se transformam mutuamente e de como o meio ambiente permite que a humanidade viva. Da mesma forma que o meio ambiente dos castores não se limita a florestas e rios, o meio ambiente dos homens não é apenas natureza selvagem, compreendendo também a natureza transformada por eles. A ecologia humana é, portanto, a interação complexa entre meio ambiente (o meio em que vive a humanidade) e funcionamento econômico, social e, acrescentemos, político das comunidades humanas.

Essa é uma diferença significativa entre a ecologia da espécie humana e a ecologia das outras espécies animais. Com efeito, os homens são animais não apenas sociais, mas também políticos. Na origem da especificidade da ecologia humana, existe, porém, uma outra característica que remonta aos primeiros passos dessa espécie na face da Terra. Sabe-se, atualmente, que a capacidade de produzir instrumentos não é mais reconhecida como uma exclusividade dos humanos, uma vez que chimpanzés são capazes de improvisar certos instrumentos, ainda que rudimentares. Os homens, ao contrário, não pararam de melhorar seus instrumentos e, conseqüentemente, não deixaram de aperfeiçoar sua capacidade de agir sobre meio ambiente e transformá-lo pela “domesticação” (que tem raiz latina próxima de “ecologia”, em grego) de animais e pelo uso das plantas desde a revolução do neolítico.

Durante milhares de anos, tudo girou em torno da luta contra a fome e as intempéries. Conviver com a ordem do mundo o mais harmonicamente possível constituiu um ato de sabedoria daqueles homens do passado remoto. Contudo, há quatro séculos, iniciou-se uma verdadeira reversão desse quadro. Se, até então, o problema era submeter-se à ordem da natureza, dali em diante, os homens passaram a entender que a natureza é que deveria se ajustar aos seus desejos. Os incessantes progressos da ciência e de suas aplicações técnicas reforçaram cada vez mais o sentimento de que os homens eram “mestres” e “donos” da natureza.

Durante a segunda metade do século XX, depois da expansão que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, esse movimento de emancipação chegou a seus limites. Os “milagres” da técnica e da tecnologia começaram a dar mostras de falhas; acidentes “imprevisíveis” multiplicaram-se e seus efeitos alcançaram escala planetária (marés negras, Tchernobyl). Enquanto as primeiras manifestações de alarme expressas no Clube de Roma, nos anos 70, enfatizavam a insuficiência de recursos naturais, trabalhos científicos mais recentes destacam graves desequilíbrios ecológicos provocados por poluições industriais (destruição da camada de ozônio, efeito estufa, elevação do nível da água dos oceanos, aquecimento das temperaturas). Não tem parado de crescer o número daqueles que passam a ter consciência dos efeitos perturbadores da atividade humana e do progresso técnico, independentemente de acidentes. A importância que vêm adquirindo essas novas inquietações levou a que alguns observadores tentassem descobrir os mecanismos econômicos e políticos geradores dos desequilíbrios ecológicos.

Foi sobre essa base conceitual e histórica que se constituiu a ecologia política. Em seguida, aprofundou-se a análise crítica do funcionamento geral das sociedades industriais avançadas que, por sua vez, permitiu uma reflexão paralela sobre os meios a serem adotados para caminhar-se em direção a um outro modo de desenvolvimento.

Da ciência à política

A passagem da ciência à ecologia política introduz questões que dizem respeito ao sentido do que fazemos, levando a uma série de outras perguntas: em que medida nossa organização social, a maneira como produzimos e consumimos, modifica o meio ambiente? E mais precisamente, como pensar a combinação, a interpenetração, a disposição desses diversos fatores nas ações sobre o meio ambiente? Serão favoráveis os efeitos dessas modificações sobre os indivíduos? Desfavoráveis? A ecologia científica nos diz quais são os efeitos de nossos comportamentos e práticas; ela nos esclarece a respeito do que está em jogo. No entanto, cabe-nos, a nós homens, escolher o modo de desenvolvimento que desejamos, em função de valores que evoluem no curso de debates públicos.

Levando em consideração os desequilíbrios provocados pela atividade humana, a ecologia política passa a se interrogar acerca da modernidade e a desenvolver uma análise crítica do funcionamento das sociedades industriais. Essa análise questiona um certo número de valores e de conceitos-chave sobre os quais se apóia nossa cultura ocidental.

A natureza

Já evocamos o sentimento de poderio e domínio sobre a natureza, o qual se desenvolveu progressivamente a partir do século XVIII. Uma exaltação narcísea que tendeu a construir, sob a forma de oposição, até mesmo de antagonismo, a relação entre homem e natureza. Com isso, alcançavam-se dois objetivos: a natureza servia para valorizar os homens que, ao mesmo tempo, pareciam se ter destacado dela. Particularmente, a comparação entre os homens e outras espécies animais permitia manifestar a diferença, tornando implícita sua metamorfose. A depreciação da natureza banalizava as práticas mais degradantes a que ela era submetida, bem como os animais e mesmo os povos indígenas, que os europeus “descobriam” e julgavam “não-civilizados”.

A ecologia política considera que os limites do aceitável foram amplamente ultrapassados e que chegou a hora de questionar, de um modo geral, práticas e representações, já que não são independentes. Os homens são parte da natureza, respiram-na e dela tiram sua alimentação, ainda que hoje, irrefletidamente, os jovens relacionem os produtos derivados do leite ao supermercado, em vez de associá-los ao campo.

Certamente, não se está aqui propondo o extremo oposto, a sacralização da natureza. A ecologia política questiona a oposição natureza/cultura, porém relativizando-a. Parece-nos bem mais fecundo interessar-se antes pela complexidade do mundo vivo que pela oposição homem/natureza. Os homens e seu meio ambiente não param de se transformar mutuamente, sendo assim importante convencer-se de que ambos estão envolvidos em uma evolução interdependente (co-evolução).

O progresso

Depois de Hiroxima, de Tchernobyl e dos buracos na camada de ozônio ou, mais recentemente, da crise da vaca louca, devemos avaliar as conseqüências de um progresso que já não se mostra nem linear nem sem limites: o progresso técnico não é necessariamente sinônimo de emancipação humana e de melhorias do meio ambiente. Para a ecologia política, não se trata, no entanto, de rejeitar a noção de progresso nem de mergulhar em um “catastrofismo” antitécnico. Trata-se de dar o lugar certo ao progresso técnico, uma vez que não há razão para considerá-lo “naturalmente” dotado de virtudes.

Para os ecologistas, o desenvolvimento das capacidades humanas não constitui um valor em si. A tecnologia introduziu-se em nosso mundo cotidiano, trazendo consigo novas vulnerabilidades, novas dependências. A técnica nunca conseguirá suprimir todos os riscos, provocando mesmo novos riscos. Depois de ter tentado domesticar a natureza, agora temos de aprender a domesticar o próprio progresso, o que supõe considerar sempre seus dois lados: o de solução para crises e o de fator de crises ecológicas. O progresso técnico nos diz o que se pode fazer (OGM, por exemplo), mas não o que é bom ou mau. O fato de a ciência e a técnica virem a garantir a possibilidade de escolhermos o sexo, a cor e o cabelo de nossos filhos e de gerações futuras não nos obrigará a optar por isso. Para a ecologia política, os valores independem das mudanças técnicas e prévias à sua implementação.

A responsabilidade

O poder das atuais tecnologias é de tal ordem que suas conseqüências para o meio natural, para as outras espécies vivas, vegetais ou animais, se multiplicaram. Ainda que não ocorram acidentes ecológicos, o simples funcionamento de vários sítios industriais produz efeitos nocivos para o meio ambiente. Basta pensar na criação de suínos na Bretanha ou nos diversos rejeitos lançados em rios na França. A decisão de andar de carro ou de trem e o nível de calefação de nossas casas influem no clima. Degradamos o meio que nos faz viver.

Há coisas milagrosas em nosso planeta, mas há também horror. A beleza do mundo é um desses milagres; se a sacrificamos, o que sobrar? Esse meio, que torna a vida possível, pode ser fonte de alegria ou, em outros termos, de alegria de

estar no mundo. Somos nós também que o produzimos; seremos nós que o legaremos a nossos filhos e aos filhos de nossos filhos. Ele é o berço, o domínio e a casa que preparemos para sua acolhida. Desejar filhos, fazê-los nascer, sem nos preocupar com o mundo devastado que lhes legamos, é uma atitude digna de pena.

A solidariedade

O princípio da propriedade e o poder econômico, este conseqüência daquele, não deveriam dar a seus detentores o direito de influir discricionariamente na vida dos outros. No entanto, é assim que tudo se dá. Por vezes, ainda que de maneira indireta, embora não menos determinante, esse poder se estende até um direito de vida ou de morte. Acaba levando alguns ao total desespero, por sentirem-se completamente incapazes de encontrar um lugar na sociedade, de ganhar seu sustento, de viver decentemente, seja porque desde muito jovens se viram marginalizados, seja porque sofrem os efeitos de demissões aos 40 anos, quando “reconversões” se tornam impossíveis e as obrigações familiares, esmagadoras, porque impossíveis de serem cumpridas.

Considerando o Direito e seu funcionamento implacável, seu caráter um tanto sacralizado, não há o risco de uma perda de sentido mais profundo? A riqueza dos indivíduos se constitui sempre da base de cooperação social; um indivíduo isolado, sem laços com seus semelhantes, não conseguiria sequer sobreviver. Se um indivíduo enriquece, ele deve seu enriquecimento a toda a cadeia de seus semelhantes que construiu o mundo onde ele nasceu e a seus contemporâneos que participaram direta ou indiretamente de seu enriquecimento. Isso não deveria levar a um direito de retorno que se traduziria em um dever de solidariedade mínimo? Uma sociedade que tende a abolir o princípio do dom implicando o contradom não estará correndo o risco de se desfazer, de se decompor? A simples solidariedade, mas também a dívida direta, nos impõe a atitude de não permanecermos indiferentes à infelicidade de um continente inteiro. A África está sem forças, exausta, e não somos alheios a essa situação.

A autonomia

A responsabilidade será apenas aparente se não for acompanhada de autonomia. Esta implica reconquista, por indivíduos e coletividades, do controle de suas atividades de produção, de sua vida cotidiana e de decisões públicas. Trata-se de traduzir em ações um certo número de fórmulas: “colocar as mãos na massa”; participar; ver as conseqüências de seus próprios atos. As decorrências desses atos se dão em âmbitos diversos: na empresa, na vida cidadã em plano local, regional e nacional.

Recolocar o conteúdo no centro da política

Os enunciados precedentes mostram uma evidência: a ecologia é portadora de muitíssimos novos conteúdos, ou melhor, constitui um intenso apelo para que haja interesse por conteúdos. A ecologia fixa objetivos, redefine meios e estratégias, ou seja, lida com ações que pareçam não ter mais relação com a “política”, reduzida à competição pelo poder entre homens e partidos intercambiáveis.

A esperança revolucionária sumiu do horizonte, o comunismo faliu e o projeto socialista decepcionou. Portadora de grandes ambições durante todo o século, hoje a política está muito debilitada. Não há nenhum mal em que a política se torne mais modesta, entretanto sua atual impotência e seu enfraquecimento face à economia são extremamente perniciosos. Uma sociedade sem projeto político, entregue às forças do mercado e sugada pela espiral do “produzir cada vez mais” só pode levar ao crescimento das desigualdades sociais e das crises ecológicas. É urgente, portanto, dar novamente sentido e conteúdo à política.

O impasse do produtivismo

As revoluções agrárias e industriais permitiram que se acabasse com as crises de escassez alimentar. Possibilitaram ao Ocidente alimentar, alojar e vestir um número cada vez maior de indivíduos cuja perspectiva de emprego é cada vez menor. Inicialmente, o modelo capitalista assegurou que se pudesse sobreviver. Com o fim da 2ª Guerra Mundial e o nascimento de uma nova variante do capitalismo, designada fordismo por muitos economistas, o modelo assegurou o poder de “viver bem”, ou melhor, de aumentar o poder de consumo. O modelo capitalista teve diversas variantes, mas todas se caracterizam por um traço comum: o produtivismo. Este, com sua dinâmica do “sempre mais”, atingiu hoje seus limites.

Depois de trinta anos (1945-1975) de crescimento econômico, o modelo fordista entrou em crise. Nos anos 80, essa crise desembocou em uma variante muito mais liberal do capitalismo e, paralelamente, em uma crise ecológica; embora menos perceptível pela opinião pública, esta não é menos ameaçadora. Foi em detrimento da Terra que se deu a busca de economia de trabalho e de acumulação do capital, duas bases de sustentação do fordismo como do liberalismo. A volta ao liberalismo recolocou na ordem do dia crises ligadas à pobreza (doenças ligadas à fome e à insalubridade, não apenas no Terceiro Mundo, mas também nos países ricos). Ao mesmo tempo, no próprio núcleo do sistema capitalista, esboça-se um novo tipo de crise ecológica: crises de abundância, herança envenenada dos milagres técnico-econômicos do pós-guerra. Esse novo tipo de crise é tão mais ameaçador quanto superpõe efeitos locais (destruição de paisagens, poluição do ar, envenenamento de lençóis

freáticos) a efeitos globais que repercutem em qualquer ponto do planeta, embora provenham de disfunções localizados em sociedades determinadas.

O sistema produtivista resolveu o problema da penúria pela quantidade. Levou-se essa resposta quantitativa a tais extremos que surgiu um problema de qualidade. É preciso mudar de orientação: retomar o controle da economia; dominar as condições de um novo tipo de crescimento, englobando forças do mercado e da tecnologia; repensar nosso modelo de desenvolvimento, partindo de uma reavaliação de nossas necessidades. Está mais do que na hora de se observar a questão essencial: produzir para quê?

Um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável

Segundo definição adotada pela ONU, desenvolvimento sustentável é o que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais, começando pelos mais carentes, sem comprometer as possibilidades de que gerações futuras também possam satisfazer suas necessidades.

O que implica a idéia de desenvolvimento sustentável? A idéia encerra duas dimensões. Atualmente, supõe que esse modo de desenvolvimento responda às necessidades de todos; em longo prazo, supõe que possa durar¹. O desenvolvimento sustentável inclui também a idéia de redistribuição (ou de justiça social), uma vez que propõe uma ordem para a satisfação das necessidades: começar pelos mais carentes. No entanto, como fazer? Como reorientar nosso desenvolvimento para que se torne sustentável?

Primeiro imperativo: economizar o fator Terra, dando prioridade a tecnologias que economizam energia e, mais amplamente, que respeitem o meio ambiente.

Segundo imperativo: implementar novas regulamentações, acrescentando à proteção social a proteção do meio ambiente.

Para tanto, os meios existem. Estendem-se de medidas regulamentares (leis e normas) a meios econômicos (“eco-impostos”, autorizações negociadas), passando por acordos de autolimitação e códigos de boa conduta. Cada um desses instrumentos obedece a uma lógica diferente. Alguns permitem que se reparem degradações; outros, que se indenizem danos causados por terceiros; outros, ainda, que se previnam efeitos nocivos pela dissuasão. Sem dúvida, a via do imposto dissuasivo é a mais promissora. Duplamente promissora, porque, ao lado de seu efeito protetor do meio ambiente, também oferece à coletividade recursos novos que podem ser alocados em outras políticas. Por exemplo, baixar o custo do trabalho no quadro de políticas de crescimento do emprego. Com isso, chegamos ao efeito redistributivo do modelo de desenvolvimento sustentável. Os mais carentes não têm meios de poluir e, freqüentemente, são os mais atingidos por poluições. Serão, portanto, os maiores beneficiários de uma reorientação geral para

o desenvolvimento sustentável. Em curto prazo, podem ser penalizadas as classes cuja renda é pouco significativa. Para estas, restrições ao uso livre e gratuito do meio ambiente poderão turvar a miragem de uma generalização do modelo da sociedade de consumo, do qual não percebem o caráter insustentável e perigoso para sua própria saúde. Às novas políticas ecológicas é portanto necessário associar reformas sociais, senão aquelas políticas não parecerão legítimas.

Em longo prazo, e do ponto de vista do interesse geral, são evidentes as vantagens do desenvolvimento sustentável. Infelizmente, no entanto, é muito raro impor-se o interesse da humanidade; geralmente se adota a fórmula “depois de mim, o dilúvio”. Como fazer para que forças sociais e políticas se interessem pelo desenvolvimento sustentável? Certamente, promovendo-se um intenso debate ideológico e cultural, visando a modificar a percepção da escala dos riscos e das vantagens do desenvolvimento sustentável, a fazer progredir os valores e normas da ecologia. Para além da política e de seus conteúdos, é a instância política, seu campo e seus métodos, que deve ser reconstruída.

Repensar a instância política entre o global e o local

Os governos parecem incapazes de resolver tanto os problemas quotidianos como os de dimensão planetária; seja impedir demissões em alguma empresa que apresenta excelentes resultados económicos, seja lutar contra o aquecimento da temperatura no mundo. Em um momento em que inexistem mais limites para o poder económico e financeiro, o poder político continua dependendo amplamente do princípio da soberania dos Estados. A relação de forças se encontra, portanto, não apenas desigual, mas invertida. Para que a instância política readquirir credibilidade e, assim, meios de ação, é indispensável alcançar um novo equilíbrio.

“Pensar globalmente, agir localmente”

A mundialização e as fortes tensões que abalam os Estado-Nações, quando não levam à sua implosão, reforçam a pertinência desta palavra-de-ordem surgida entre os ecologistas dos anos 70.

Pensar globalmente

Porque a ecologia política se apropria de máximas que podem ser as do humanismo em geral: “Sou homem e nada que é humano me é estranho”; “Somos todos responsáveis por tudo, diante de todos, particularmente, de nós mesmos”. Pensar globalmente corresponde a elevar-se ao nível de uma visão planetária, que o saber ecológico tornou possível. Visão do estado do planeta, de sua degradação

contínua, do jogo complexo de causas e conseqüências e, parte essencial desse jogo, da atividade humana sob suas diversas formas. Este é um aspecto essencial: o ‘controle da natureza’ constitui um fantasma que parece prudente não evocar em demasia; ao contrário da atividade humana, pela qual somos responsáveis e sobre a qual podemos, devemos, em todo caso, esperar manter controle.

Agir localmente

Avontade de se encarregar do meio ambiente circundante, de agir por si mesmo, em seu próprio domínio. Contra o centralismo, contra a tecnocracia. É a reivindicação de um direito: o de aproximação do poder político dos cidadãos, ou seja, regionalização, até mesmo municipalização do poder político ou, melhor dizendo, reapropriação da política sem delegação nem subordinação. A possibilidade de pensar a esfera planetária suscita nossa responsabilidade local e deveres conseqüentes. A ação local permite que melhor se meça o que está em jogo e os resultados de seus próprios atos. Possibilita ainda que se note como, na ausência de ação, o horizonte é de infantilismo, de recriminação estéril e repetitiva que perpetua o *status quo*.

Poucos são os que percebem que as conseqüências de seus atos, insignificantes a seus olhos, se tornam expressivas e mudam de esfera quando são ampliadas pelo número de atores sociais envolvidos. E ainda que o soubessem, será que isso adiantaria muito? Quem levaria em conta essas aspirações? “Nosso modo de vida não é negociável”, foi como o ex-presidente Bush reagiu às negociações da Eco-92, no Rio de Janeiro.

Agir globalmente, pensar localmente

Como responder a esse cinismo e egoísmo, senão por meio de leis globais que impeçam os homens de ser nocivos em escala planetária? Sendo imprescindível agir globalmente, na busca pela aceitação de leis globais, é necessário convencer em lugares precisos, por meio de acordos locais. Agir globalmente, pensar localmente, essa deve ser a divisa de uma ecologia política pragmática e realista.

Agir globalmente

Trata-se de fixar regras de uma ordem superior às instâncias tradicionais (em particular, o Estado-Nação) e munir-se de meios para que sejam aplicadas. Trata-se de eliminar efeitos perversos derivados de certas interações, de impedir condutas que parecem localmente vantajosas, mas que, por sua sucessão, podem ter conseqüências desastrosas para o conjunto. Resumindo, trata-se de estabelecer regulamentações para o jogo cego do exclusivismo e das concorrências mercantis, das relações de forças do poder geopolítico, para privilegiar práticas úteis mutuamente.

Pensar localmente

Este aspecto, parece-nos, é essencial. Não faltam teóricos, sobretudo na França, para pensar globalmente. Quanto a agir globalmente, isto é, elaborar tratados internacionais, com aditivos de leis nacionais e decretos de regulamentação, há legisladores, ministros e seus gabinetes que sabem muito bem como o fazer. Os problemas só começam a surgir quando se chega ao nível da implementação local. As regulamentações só têm efeito quando cidadãos crêem em sua utilidade, convencem-se de que têm sentido, quando obrigações parecem justificadas. Em sociedades democráticas, essa justificação supõe a adesão ao princípio do interesse geral que, por sua vez, implica que, local ou individualmente, suas vantagens sejam percebidas.

Um bom exemplo é o da 3ª república, na França. A escola constituiu então uma correia de transmissão essencial. Foi por meio dessa instituição que se difundiram os valores daquela república que, um século depois, estava ressuscitando os valores da Revolução. Foi por meio de professores primários que se transmitiram princípios elementares de moral e de educação cívica, fermento dos progressos humanos e sociais do fim do século XIX. Tais resultados foram obtidos pelos professores primários porque, face à Igreja e aos notáveis tradicionais, souberam convencer uma população majoritariamente rural dos benefícios da instrução, participando da gestão de municípios e da promoção social das crianças. Do mesmo modo, é fácil compreender teoricamente que a luta contra o efeito estufa implica a imposição de limites à circulação dos carros. Não será, no entanto, pela culpabilidade dos automobilistas - por exemplo, pelos efeitos catastróficos que poderão provocar no Bangladesh em 2050 -, que se conseguirá levá-los àquela compreensão. Certamente é muito mais eficaz valorizar o silêncio e o ar menos poluído de uma cidade em que a circulação de automóveis é restrita.

Sem a adesão dos atores não se faz nada durável. É assim que entendemos a fórmula “pensar localmente”. Para a ecologia política, é preciso agir para que se amplie a tomada de consciência de efeitos distantes da vida de cada um, de modo a tornar justificáveis restrições impostas por leis. Trata-se de, pouco a pouco, amadurecer em comunidades locais a consciência de um destino comum do gênero humano, de necessidades comuns, de vantagens recíprocas. Trata-se ainda de agir politicamente para compilar regras internacionais, que maiorias locais estejam dispostas a aceitar.

Conclusão

Faz pouco tempo que somos 6 bilhões de seres humanos; de semelhantes, ainda se diz. Há, no entanto, uma enorme disparidade. Para constatar isso, basta que nos limitemos aos personagens valorizados pela mídia dentre a massa de

anônimos. Pelo lado do horror, impera a abundância: homens do GIA; milícias sérbias na Bósnia e no Kosovo; os virtuosos das machadinhas no Ruanda. Outros homens chamam-se E. Levinas, P. Ricoeur, H. Jonas. Convidam-nos a manter relações humanas bem diferentes. É preciso um singular esforço de imaginação para considerá-los, uns e outros, semelhantes. É grande a tentação de ver os primeiros como pré-hominídeos. Sabemos, porém, que os homens não são isso ou aquilo; são seres em constante transformação, construindo-se a si mesmos. As relações sociais das quais participamos, da infância até a velhice, desempenham um papel essencial nesse processo. Está em nossas mãos, conseqüentemente, o evoluir para uma humanidade bárbara ou civilizada. É isso que está em jogo para a ecologia política. Quanto a nós, estamos convencidos de que a ecologia política está destinada a ter uma influência durável sobre a humanidade de amanhã.

Notas

1 Em inglês, usa-se o termo *sustainable*; em francês, o adjetivo *durable*. Com esta tradução, porém, perde-se uma das duas dimensões contidas no termo inglês.